ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 17 DE MAIO DE 2022.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR AUGUSTO VASCONCELOS (em exercício)

2º SECRETÁRIO: VEREADOR TIAGO FERREIRA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS DE SOUZA, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRNDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Anunciou a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 145 a 154/22 da Secretaria Municipal de Governo em resposta a pleitos da CMS; Mensagens n.s 6, 7 e 8/22 do Executivo Municipal encaminhando, respectivamente, os Projetos

de Lei n.s 150 a 152/22; Projeto de Decreto Legislativo n. 2/22 da Mesa Executiva; Projetos de Lei n.s 143/22 do vereador André Fraga, 144/22 da vereadora Roberta Caires, 145 e 146/22 do vereador André Fraga, 147/22 da vereadora Roberta Caires e 148 e 149/22 do vereador Joceval Rodrigues; Projetos de Indicação n.s 148/22 do vereador Daniel Alves e 149 a 151/22 do vereador Marcelo Maia; Projeto de Resolução n. 33/22 do vereador Alexandre Aleluia; Moções n.s 126 a 136/22 do vereador Marcelo Maia, 137/22 do vereador Joceval Rodrigues, 138 a 139/22 do vereador Marcelo Maia e 140/22 do vereador Joceval Rodrigues; e Requerimento de licença de vereador. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente saudou os agentes de endemia, os agentes de saúde e os guardas municipais, presentes ao Plenário, além de Dênis Paim, líder sindical dos taxistas, também presente. Em seguida, o senhor presidente consultou os líderes de bancadas sobre haver acordo para se votar a o Projeto do Plano de Carreira da Guarda Municipal. Lembrou que havia sete Vetos a sobrestar a pauta. O vereador Paulo Magalhães Júnior, líder do Governo, observou que o Projeto da Guarda Municipal acabava de adentrar a Casa e disse que era preciso seguir a tramitação prevista, inclusive no tocante a dispensa de interstício e urgência. O senhor presidente replicou que, se a bancada do Governo consentisse com essa votação, ele se empenharia em realizá-la após a votação dos Vetos. O vereador Paulo Magalhães Júnior disse que não era favorável à inversão de pauta, já que haveria Tribuna Popular. O senhor presidente afirmou ser prioridade a votação do Projeto da Guarda Municipal. O vereador Paulo Magalhães Júnior pediu que se desse sequência à Sessão, ficando a votação do Projeto da Guarda Municipal para depois da Tribuna Popular. O senhor presidente fez um apelo pela votação do Projeto, expressando receio sobre haver *quorum* para se votá-lo posteriormente. Disse que, havendo inversão da pauta, ele garantiria o *quorum* para a Tribuna Popular. Pela ordem, o vereador Duda Sanches destacou o interesse dos edis governistas em votar o Projeto da Guarda Municipal, sobretudo pela insegurança pública na Cidade, mas considerou necessário preservar-se o rito da Sessão. O

senhor presidente declarou que, assim como os edis da Oposição e os edis independentes, estava à disposição para votar o Projeto da Guarda Municipal, diante da extrema necessidade da categoria. O vereador Paulo Magalhães Júnior explicou não haver *quorum* nas Comissões competentes para apreciar o Projeto. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo salientou que essa matéria era de interesse de toda a Casa e pediu verificação de *quorum* nominal. Pela ordem, o vereador Augusto Vasconcelos pediu tranquilidade e declarou respeito ao líder do Governo. Disse haver, sobre o Projeto da Guarda Municipal, um entendimento construído entre vários atores, após o cumprimento de vária etapas, e defendeu a votação imediata do Projeto. Deferido o pedido do vereador Kiki Bispo, o senhor presidente determinou a verificação nominal de *quorum*, acrescentando que cada edil presente declarasse a sua posição favorável ou contrária à votação do Projeto. O vereador Paulo Magalhães Júnior, líder do Governo, declarou que todos os governistas tinham a mesma posição, contrária à votação imediata. Pela ordem, o vereador Ricardo Almeida propôs que a Sessão fosse convertida em Colégio de Líderes e que fosse votado o reajuste dos servidores da CMS. O senhor presidente explicou o modo como Colégio de Líderes era estabelecido e sugeriu que o vereador Ricardo Almeida conversasse com a ASCAM sobre os servidores. Prosseguiu-se com a verificação nominal de *quorum*, que apurou a presença de 29 vereadores. Pela ordem, o vereador Alexandre Aleluia declarou a posição do PL pela votação do Projeto. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues saudou os agentes de endemia e de saúde, e os guardas municipais. Lembrou haver Emenda da vereadora Ireuda Silva ao Projeto da Guarda Municipal e defendeu a tramitação do Projeto pelas Comissões, evitando-se a sua contestação após aprovado. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos de Souza lembrou sua solicitação pela presença de assessores, e o senhor presidente respondeu que a deferira. O vereador Luiz Carlos de Souza prosseguiu destacando o valor da lei e do debate, e disse que votaria a favor do Projeto da Guarda Municipal, mas somente após a sua calma apreciação. O senhor presidente lembrou a urgência sobre a questão da Guarda Municipal e a

sua promessa de nada mais ser votado caso o Projeto não fosse apreciado. Pela ordem, a vereadora Ireuda Silva salientou a questão feminina relativa ao Projeto da Guarda Municipal e disse que seria favorável à sua votação hoje, desde que houvesse a possibilidade de emendas. O vereador Paulo Magalhães Júnior disse que os edis governistas, deixando de lado as divergências ideológicas, seriam a favor de se votar o Projeto da Guarda Municipal, junto com a votação do Projeto das tarifas de ônibus. O senhor presidente disse que, se houvesse a votação do Projeto da Guarda Municipal, com emendas, e havendo concordância dos edis representantes dos rodoviários sobre o Projeto das tarifas de ônibus, esse outro Projeto também seria votado. Assim, adentrando-se a Ordem do Dia, foram inicialmente discutidos, votados e mantidos os Vetos n.s 2 a 8/22, com os votos contrários da Oposição e dos vereadores independentes. Pela ordem, o líder do Governo propôs que, após a votação do Projeto da Guarda Municipal, a Sessão fosse suspensa para se conversar sobre o Projeto dos rodoviários. Pela ordem, o vereador Ricardo Almeida reiterou pedido pela votação do reajuste dos servidores da CMS. O senhor presidente disse que daria dez minutos para o vereador Ricardo Almeida apresentar em termos técnicos o Projeto dos servidores da CMS. O vereador Ricardo Almeida explicou que não fazia parte da Mesa e não teria como apresentar tal Projeto, e o senhor presidente indeferiu o seu pedido por essa votação. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior disse que a sua bancada era favorável à votação do Projeto da Guarda Municipal sem emendas, exceto quanto à Emenda já apresentada pela vereadora Ireuda Silva. O senhor presidente disse que não poderia cercear a apresentação de emendas, e o vereador Paulo Magalhães Júnior disse que a sua bancada seria favorável apenas à Emenda da vereadora Ireuda Silva. Com a palavra, a vereadora Ireuda Silva explicou o teor de sua Emenda, que estabelecia a cota mínima de 20% para mulheres em funções de confiança e cargos efetivos. Declararam apoio à Emenda os vereadores Joceval Rodrigues e Augusto Vasconcelos. Em seguida, foi aberta a palavra aos vereadores. O vereador Cláudio Tinoco elogiou o diálogo na Casa e a luta da

Guarda Municipal em seu papel frente à violência na Cidade. Considerou a Guarda Municipal bem equipada pela Prefeitura e disse que a homenagearia com a votação do Projeto. O vereador Anderson Ninho lembrou o seu passado como rodoviário. Defendeu que a Prefeitura pagasse subsídio ao transporte, rejeitando o aumento de tarifa e destacando a situação das pessoas após a pandemia. O senhor presidente lembrou o seu apoio ao Projeto dos rodoviários. O vereador Sílvio Humberto enalteceu a mobilização dos guardas municipais em frente à CMS. Sobre o subsídio ao transporte, observou que, em qualquer hipótese, quem arcava com o gasto eram os cidadãos. O vereador Augusto Vasconcelos também enalteceu a luta dos guardas municipais e apontou o que seria trazido de positivo com o seu plano de carreira. A vereadora Maria Marighella lastimou a posição do líder do Governo quanto a não haver outras emendas ao Projeto. Os vereadores Kiki Bispo e Joceval Rodrigues pediram a votação imediata do Projeto da Guarda Municipal. O vereador Tiago Ferreira saudou os guardas municipais e os agentes de endemias e de saúde, e, ainda, os rodoviários, cuja campanha salarial mencionou, bem como a questão da empresa CSN. A vereadora Marta Rodrigues saudou as três categorias presentes e suas lutas, sobre as quais comentou. O vereador Hélio Ferreira parabenizou as lutas dos trabalhadores presentes e alertou para que conquistas não anulassem direitos já conquistados. Defendeu o pagamento de subsídio ao transporte pela Prefeitura, acrescentando que tal subsídio deveria ser permanente. Comentou sobre a campanha salarial dos rodoviários e sobre o problema da CSN, pedindo o pagamento a todos os trabalhadores dessa empresa. Informou a possibilidade de paralisação dos rodoviários por 24 horas. A vereadora Laina Crisóstomo defendeu os direitos das mulheres, parabenizando a vereadora Ireuda Silva pela Emenda a esse respeito. Pediu a aplicação da PEC 120/22, que estabelecia piso salarial de dois salários-mínimos para agentes comunitários de saúde e de endemias. Registrou ser o Dia Internacional Contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia. O senhor presidente informou que o Projeto dos servidores da CMS estava sendo elaborado, com

ampla discussão, e que seria posto em votação quando estivesse pronto. Pela ordem, o vereador Duda Sanches registrou que a bancada governista não reconhecia a formação das Comissões, fato que era motivo de questionamento judicial, mas que isso não obstaria a votação do Projeto da Guarda Municipal. O senhor presidente observou que o vereador Duda Sanches já votara os Vetos, e disse que era preciso conhecimento do Regimento Interno (RI). O vereador Edvaldo Brito defendeu o respeito à Guarda Municipal e elogiou a postura da Casa sobre a categoria, à qual se associou em nome do seu partido, o PSD. Relatou as reuniões das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), e de Finanças e Orçamento, nas quais limparam a pauta, e afirmou que os interesses maiores estavam acima das divergências. Em seguida, e após acordo, inclusive para dispensa de discussão, foi iniciada a apreciação do Projeto de Lei n. 151/22, do Plano de Carreira da Guarda Municipal. Subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pela CCJ e pela Comissão de Finanças, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável ao Projeto e às suas duas Emendas. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi também aprovado. O senhor presidente determinou verificação de *quorum* nominal, a qual foi realizada, apurando-se a presença de 36 vereadores. Submetido ao Plenário, o Parecer foi aprovado quanto ao Projeto e, apenas, a Emenda de autoria da vereadora Ireuda Silva, havendo sido rejetada a outra Emenda, conforme havia sido expresso no acordo que precedeu a votação. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 151/22 foi aprovado, com sua Emenda, até a Redação Final. Em seguida, declararam voto os vereadores: Cláudio Tinoco (a favor, elogiando o resultado e dizendo que seguiria discutindo, na Justiça, decisões que reputava arbitrárias, a respeito das Comissões); Carlos Muniz (a favor, elogiando a base do Governo e afirmando a legitimidade das Comissões); Átila do Congo (a favor, enaltecendo a Guarda Municipal e parabenizando o prefeito por seu aniversário); e Leandro Guerrilha (a favor, destacando o valor da Emenda da vereadora Ireuda Silva, pedindo apoio quanto aos servidores da CMS e saudando o prefeito por seu aniversário). Foi ainda

discutido, votado e aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 2/22. Passando-se à **Tribuna Popular**, o senhor Fábio Primo, do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado da Bahia (STTROBA), comentou sobre as questões remuneratórias da categoria, assinalando que subsídios não eram solução. Sublinhou que a questão do transporte não deveria ser politizada e afirmou a possível paralisação da categoria por 24 horas. Pela mesma representação, o senhor Daniel Mota comentou sobre as dificuldades da categoria, inclusive as geradas pelo transporte clandestino. Lamentou o sucateamento de empresa de transporte, em prejuízo dos trabalhadores. Explicou que a possível paralisação acenava para os 12% de perda salarial pela inflação. Ainda pela mesma representação, o senhor Ubirajara Sales discorreu sobre a gravidade dos problemas nos transportes. Explicou que não era contra as pessoas que atuavam clandestinamente, por entender que assim agiam por foça da necessidade. Defendeu o subsídio aos transportes. O senhor presidente, vereador Carlos Muniz, declarou que a Casa seria a favor de um subsídio que realmente resolvesse os problemas do transporte e que, se a Prefeitura enviasse um Projeto nesse sentido, ele seria aprovado na CMS. Rejeitou o teor do Projeto atualmente enviado, o qual considerou ensejador de tensões entre os trabalhadores e os vereadores. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Tiago Ferreira considerou que o Projeto de subsídio enviado pela Prefeitura, da forma como viera, precisaria ser alterado. Defendeu um subsídio permanente, que incluísse estudantes de escola pública e pessoas que não pudessem pagar passagem. Julgou insuficiente um subsídio apenas de dois meses, como atualmente proposto. O vereador Hélio Ferreira afirmou que o transporte público de Salvador não atendia aos mais necessitados. Observou os aumentos nos preços dos combustíveis, os quais não eram acompanhados pelo valor da tarifa. Defendeu uma tarifa social e alertou para o possível sucateamento das empresas de ônibus. Dando seguimento à **Tribuna Popular**, o senhor Dênis Paim, da Associação Geral dos Taxistas (AGT), expôs os problemas da categoria e criticou o modo como a CMS travava a questão,

inclusive ao rejeitar projetos de indicação a esse respeito. Relatou que houvera quase 200 taxistas mortos pela Covid-19 e que os taxistas vinham tendo apoio incondicional do prefeito e da vice-prefeita. Expôs os custos do trabalho dos taxistas, comparando-o ao trabalho dos motoristas de aplicativos, os quais não eram sujeitos à mesma fiscalização. Indagou sobre a paridade entre as duas categorias de motoristas, prometida em 2019. Pediu que a Casa chamasse o secretário de Transporte para explicar o porquê de táxis com carros acima de oito anos não poderem circular. Considerou que a Casa tinha condições, pelo menos, de rever as taxas dos taxistas e pediu que ela criasse uma comissão para tratar das demandas trazidas. Finda a Tribuna Popular, foi votada e aprovada a licença do vereador Luiz Carlos Suíca (11 a 17 de maio). Nada mais havendo, e após lavrada esta Ata, a qual foi votada e aprovada sem restrições, o senhor presidente, vereador Carlos Muniz, declarou encerrada a Sessão, deixando a próxima a ser oportunamente marcada em razão da pandemia.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO